

A CLÍNICA PSICANALÍTICA É UM DISPOSITIVO?

Marcelo Amorim Checchia

Psicanalista, membro do Fórum do Campo Lacaniano – SP. Mestre e doutorando em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo. Professor convidado do Instituto Langage – SP e do Núcleo de Estudos em Psicanálise e Educação em Poços de Caldas.
E-mail: checchia@gmail.com.

Resumo: Com o propósito de tentar especificar os elementos que compõem a técnica psicanalítica, os psicanalistas lacanianos têm frequentemente recorrido à noção de dispositivo psicanalítico, por vezes apontando que se trata de uma expressão inventada por Lacan. Mas o que é um dispositivo? A partir da retomada da noção filosófica desse termo, este artigo busca estabelecer uma definição psicanalítica de dispositivo, indicando ao mesmo tempo as limitações dessa definição.

Palavras-chave: dispositivo; psicanálise; Lacan; Foucault; Agamben.

Abstract: In order to specify the elements that make up the psychoanalytic technique, Lacanian psychoanalysts have often availed themselves of the notion of psychoanalytic apparatus, which at times is deemed to be an expression coined by Lacan. But, what is an apparatus? By reclaiming the philosophical notion of this term, this article aims to establish a psychoanalytic definition of apparatus while stating the very limitations of such a definition.

Keywords: apparatus; psychoanalysis; Lacan; Foucault; Agamben.

Qual é a finalidade da clínica psicanalítica? Qual é seu papel social? As questões podem parecer óbvias e até mesmo ingênuas, mas ao serem tomadas seriamente não são facilmente respondidas. Elas levantam um amplo debate acerca da dimensão política de nossa prática. Indicar que a cura é o que direciona a clínica psicanalítica – lembremos o título de um texto de Lacan que atravessa essas questões, *A direção da cura e os princípios de seu poder* (1958/1998) – não basta para respondê-las, pois ainda é preciso dizer o que é cura para a psicanálise. Aí entramos num ponto bastante polêmico, uma vez que não existe consenso no interior da própria psicanálise, considerando todas suas variações técnicas e teóricas, sobre a concepção de cura. Aliás,

cada concepção acaba levando a distintas políticas de tratamento, isto é, faz com que a clínica psicanalítica tenha diferentes papéis sociais em função da concepção de cura empregada.

Esse debate sobre o papel social da psicanálise surgiu com bastante peso na década de 1950, tanto no campo da sociologia política quanto no campo da própria psicanálise. Adorno (1955/1994), no primeiro campo, e Lacan (1959-1960/1997), no segundo, indicaram que, principalmente na psicanálise norte-americana (Psicologia do Ego), a clínica psicanalítica aderiu à ideologia social dominante e se transformou num mero instrumento de normatização e de adaptação do indivíduo às condições sociais vigentes. Na década de 1970, Foucault renovou as críticas ao papel normativo e ideológico da psicanálise, nomeando-a como mais um *dispositivo* de disciplina e normatização dos indivíduos.

Entretanto, curiosamente, hoje, muitos psicanalistas, principalmente os de orientação lacaniana, também nomeiam a clínica psicanalítica como um *dispositivo*, embora não concordem que a clínica tenha esse papel normativo e ideológico e apostem em seu caráter subversivo. O termo *dispositivo* nos remete, portanto, a uma contradição no emprego de um termo de importante cunho político, o que nos faz levantar duas questões: a clínica psicanalítica pode ser considerada um dispositivo? Como poderíamos definir o que é um dispositivo psicanalítico? Tentarei aqui tratar dessas duas questões.

Aparições do termo na obra freudiana e lacaniana

O termo *dispositivo* não tem um estatuto conceitual na teoria psicanalítica, embora atualmente seja amplamente utilizado. Na obra freudiana, encontramos poucas vezes tal termo (doze vezes ao todo).¹ A maior ocorrência desse termo é encontrada no *Projeto* (FREUD, 1895-1950/1996, v. I), nos momentos em que Freud se refere ao próprio aparelho mental como um dispositivo. Esse mesmo significado reaparece muitos anos depois em *Sobre o narcisismo: uma introdução* (FREUD, 1914/1996, v. XIV). Em outros textos, o termo dispositivo aparece como uma espécie de mecanismo de proteção. Em *As perspectivas futuras da terapêutica psicanalítica* (FREUD, 1910/1996, v. XI) a própria neurose é definida como um dispositivo protetor. Nas *Novas Conferências* (FREUD, 1916-1917/1996, v. XVI), a “ansiedade realística” das

1 Buscou-se a palavra dispositivo em português e, quando relacionada com a prática psicanalítica, verificou-se se havia correspondência no original em alemão.

crianças ante situações novas também é considerada um dispositivo de proteção. É somente no texto sobre o recalque que a palavra *dispositivo* aparece em referência à técnica psicanalítica:

Desenvolveram-se técnicas especiais, com o propósito de provocar tais mudanças no jogo das forças mentais [entre prazer e desprazer], que aquilo que de outra forma daria lugar ao desprazer, pudesse, nessa ocasião, resultar em prazer; e, sempre que um *dispositivo* técnico desse tipo entra em funcionamento, elimina-se a repressão de um representante instintual que, de outro modo, seria repudiado. (FREUD, 1915/1996, v. XIV, p. 155)

Mas se tomarmos a nova tradução desse texto feita por Hanns, a expressão “dispositivo técnico” é substituída por “tipo de técnica”, que de fato traduz melhor o texto original em alemão, no qual não se encontra a palavra dispositivo. As menções de Freud ao *dispositivo* não se referem, portanto, às condições ou aos elementos da sessão analítica.

Até aqui nenhuma revelação surpreendente, uma vez que esse termo nunca foi remetido ao texto freudiano. No entanto, pela frequência com que os lacanianos relacionam o *dispositivo* à teoria e à escola lacaniana, esperava-se encontrar diversas referências diretas e ao menos um pouco desenvolvidas sobre essa palavra. No entanto, Lacan usou a palavra dispositivo – em todos seus 25 Seminários, nos *Escritos* e nos *Outros Escritos* – apenas seis vezes.² No *Seminário 24*, o termo chega a aparecer mais duas vezes, em menções ao passe como um dispositivo topológico, mas foram colocadas por Alain Didier-Weil e não pelo próprio Lacan. Dessas seis citações de Lacan, em cinco o termo não aparece em referência à psicanálise, mas a um mecanismo gestáltico³ ou autorregulativo.⁴ Há somente uma citação em que Lacan associa o dispositivo à técnica psicanalítica: “a questão não é a descoberta do inconsciente, que tem no simbólico sua matéria pré-formada, mas a criação do *dispositivo* pelo qual o real toca no real, ou seja, daquilo que articulei como o discurso analítico” (LACAN, 1972/2003, p. 545).

Essa única citação, rápida e passageira, embora possibilite ampla digressão, continua indicando que o termo dispositivo não é uma noção e muito menos um conceito de Lacan. Isso não implica, contudo, que não possamos fazer um uso rigoroso do

2 No caso da obra de Lacan, a pesquisa foi feita no original em francês e, em seguida, buscou-se a tradução em português.

3 Por exemplo, um mecanismo composto de cores que provocam ilusões de ótica.

4 Como no caso de uma máquina que deve se autorregular para conseguir se locomover ou do aparelho mental que precisa se regular para se adaptar no tempo e no espaço.

termo, conferindo-lhe um estatuto conceitual. Mas para isso é preciso, em primeiro lugar, evitar o equívoco de atribuir a Lacan a invenção de expressões como “dispositivo analítico”, “dispositivo do passe” e “dispositivo do cartel”. Em segundo, é necessário acompanhar o sentido da palavra *dispositivo* na filosofia política – campo no qual passou a ter um importante valor a partir da década de 1970 – para depois compreender de que modo a psicanálise pode importar tal noção.

A palavra dispositivo na filosofia política

A partir de meados da década de 1970, Foucault utiliza diversas vezes a palavra dispositivo, mas também sem conceitualizá-la. Exceção feita a uma entrevista, dada em 1978, sobre a história da sexualidade (FOUCAULT, 1978/2008), entrevista quente, difícil, que contava com a participação de alguns psicanalistas como Jacques-Alain Miller, Catherine Millot, Alain Grosrichard e outros pensadores franceses. Ao ser perguntado, por Grosrichard, sobre o sentido e a função metodológica do termo dispositivo, Foucault responde:

Através desse termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos.

Em segundo lugar, gostaria de demarcar a natureza da relação que pode existir entre esses elementos heterogêneos. Sendo assim, tal discurso pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretação dessa prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade. Em suma, entre esses elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes.

Em terceiro lugar, entendo dispositivo como um tipo de formação que, em determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante.

(...)

Disse que o dispositivo era de uma natureza essencialmente estratégica, o que supõe que tratar-se no caso de uma certa manipulação de relações de força, de uma intervenção racional e organizada nessas relações de força, seja para desenvolvê-las em determinada direção, seja para bloqueá-las, para estabilizá-las, utilizá-las, etc... O dispositivo, portanto, está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou

a configurações de saber que dele nascem, mas que igualmente o condicionam. É isto, o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles. (Ibid., pp. 244-246)

Em nenhum outro momento Foucault define tão diretamente o que é um dispositivo. Mas a importante recorrência de seu uso levou outros dois filósofos a se perguntarem: “o que é um dispositivo?”.

Deleuze foi o primeiro deles. Por meio de um ensaio que aborda momentos diferentes da obra foucaultiana, o autor define o dispositivo como um conjunto multilinear, isto é, um conjunto de linhas heterogêneas:

Os dispositivos têm como componentes linhas de visibilidade, linhas de enunciação, linhas de força, linhas de subjetivação, linhas de ruptura, de fissura, de fratura que se entrecruzam e se misturam, enquanto umas suscitam, através de variações ou mesmo mutações de disposição. (DELEUZE, 1990, p. 3)

Mas embora essas dimensões de visibilidade, enunciação, força, subjetivação e ruptura sejam encontradas na obra de Foucault, essa articulação com “linhas de natureza diferente” é uma contribuição do próprio Deleuze. Porém uma contribuição que, a meu ver, é um pouco vaga por apelar a uma espécie de imagem e é pouco elucidativa por não aprofundar os pressupostos teóricos nos quais Foucault se baseava.

Por isso considero que Agamben faz considerações mais interessantes para entendermos o pensamento foucaultiano. O filósofo italiano faz a genealogia do termo *dispositivo* na obra de Foucault, indicando como essa palavra, que passou a ser bastante utilizado em meados de 1970, apareceu em continuidade a outra noção bastante empregada na década de 1960: *positividade*.

Agamben mostra como a noção de *positividade* foi extraída por Foucault da leitura que Hyppolite fez de Hegel. Baseando-se em *A positividade da religião cristã*, de Hegel – texto no qual a religião positiva é definida como aquilo que “implica sentimentos que vêm impressos nas almas por meio de uma coerção e comportamentos que são o resultado de uma relação de comando e de obediência e que são cumpridos sem um interesse direto” (Hegel apud AGAMBEN, 2009, p. 31) –, Hyppolite afirma que a *positividade* é um elemento histórico cuja finalidade é servir como obstáculo à liberdade humana, tendo assim um papel condenável.

A noção foucaultiana de dispositivo, que tem sua raiz nessa noção hegeliana de positividade, carrega, portanto, essa ideia de um mecanismo de produção de sentimentos, comportamentos e pensamentos por meio de estratégias de coerção e submissão:

Foucault, tomando emprestado este termo [positividade] (que se tornará mais tarde “dispositivo”), toma posição em relação a um problema decisivo, que é também o seu problema mais próprio: a relação entre os indivíduos como seres vivos e o elemento histórico, entendendo com este termo o conjunto das instituições, dos processos de subjetivação e das regras em que se concretizam as relações de poder. (AGAMBEN, 2009, p. 32)

Agamben também faz uma genealogia do termo dispositivo num contexto histórico mais amplo. Através de uma pesquisa sobre o papel do termo grego *oikonomia* (economia) nos primeiros séculos da história da Igreja católica, o autor mostra como esse termo foi utilizado pelos padres para justificar a existência da Santíssima Trindade evitando uma reintrodução do politeísmo. Para esses padres, Deus é uno em relação ao seu ser ou substância, “mas quanto a sua *oikonomia*, isto é, ao modo como administra a sua casa, a sua vida e o mundo que criou, é, ao contrário, tríplice” (ibid., p. 36). Nesse estudo, Agamben ainda descobriu que *oikonomia* foi traduzida pelos padres latinos como *dispositio*, origem etimológica de *dispositivo*, que carrega, portanto, essa herança teológica que o associou ao governo e administração do mundo.

Após traçar a genealogia do *dispositivo* na obra de Foucault e no contexto histórico dos primeiros séculos da Igreja, Agamben toma a divisão da terminologia teológica – entre a ontologia das criaturas e a *oikonomia* que procura governá-las em direção ao Bem – para propor a existência de dois grandes grupos: os seres vivos e os dispositivos. O sujeito é considerado um terceiro elemento, resultado da relação entre os primeiros: “chamo sujeito o que resulta da relação e, por assim dizer, do corpo a corpo entre os vivos e os dispositivos” (ibid., p. 41). É nesse sentido que o dispositivo deve ser pensado como implicando processos de subjetivação, de produção de sujeitos, como aquilo que humaniza ao mesmo tempo que assujeita o corpo.

Foucault assim mostrou como, numa sociedade disciplinar, os dispositivos visam, através de uma série de práticas e de discursos, de saberes e de exercícios, à criação de corpos dóceis, mas livres, que assumem a sua identidade e a sua “liberdade” de sujeitos no próprio processo de seu assujeitamento. Isto é, o dispositivo é, antes de tudo, uma máquina que produz subjetivações e somente enquanto tal é também uma máquina de governo. (Ibid., p. 46)

Com base, então, na concepção de dispositivo tal como a cultura ocidental a herdou da teologia dos padres latinos e na concepção extraída da obra foucaultiana, Agamben elabora sua própria definição de dispositivo: “Chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes” (ibid., p. 40).

Mas ele ainda faz a ressalva de que nessa fase extrema do capitalismo, há uma proliferação de dispositivos desubjetivantes – artefatos tecnológicos e midiáticos, como celulares e propagandas, são exemplos icônicos desses dispositivos. Seu diagnóstico social é preciso: na sociedade contemporânea, “processos de subjetivação e processos de desubjetivação tornaram-se reciprocamente indiferentes e não dão lugar à recomposição de um novo sujeito, a não ser de forma larvar e, por assim dizer, espectral” (ibid., p. 49).

Resta, por fim, a difícil questão de saber como criar meios de resistência a esses mecanismos desubjetivantes. Agamben, evidentemente, não dá nenhuma receita para tal fim, mas propõe que pensemos sobre esses meios a partir de outra noção que vem da teologia, a profanação. Se, por um lado, o sacrifício do ritual religioso pode ser considerado um dispositivo que tem a incumbência de fazer passar algo do profano ao sagrado, a profanação, por outro, “é o contradispositivo que restitui ao uso comum aquilo que o sacrifício tinha separado e dividido” (ibid., p. 45). A liberdade é encontrada na profanação.

Bem, tendo passado pelos principais textos que tratam da noção de dispositivo no campo da filosofia, cabe enfim retomarmos a questão sobre como a psicanálise pode assimilar tal noção em seu campo.

O dispositivo psicanalítico

Pelo fato de a palavra *dispositivo* remeter a práticas de governo, de controle e de normatização de gestos, condutas, pensamentos e desejos, afirmar rapidamente que Freud inventou o *dispositivo psicanalítico* implica certa concordância com a crítica de que a psicanálise tem um papel normativo e adaptacionista. Aliás, Foucault insistia nessa crítica à psicanálise, apontando a participação desta nos dispositivos da sexualidade e da loucura.

Em relação ao dispositivo da sexualidade, a psicanálise tem, segundo Foucault, um papel central. A história de ambos, inclusive, confunde-se: “a história do dispositivo da sexualidade, assim como se desenvolveu a partir da época clássica, pode valer como arqueologia da psicanálise” (2007, p. 122). Se principalmente a partir dos séculos XVII e XVIII passou a haver uma incitação à colocação do sexo em discurso pelo viés repressivo, a psicanálise teria surgido justamente nesse contexto histórico, com a finalidade de tratar o conflito instaurado pela sociedade burguesa entre o desejo sexual e a lei da interdição. A psicanálise teria, assim, um papel conservador, uma vez que a experiência clínica e o saber construído sobre a sexualidade e sua manifestação nas formações do inconsciente deram ao psicanalista um poder de cura pela via da “eliminação do recalque”, mas cuja função seria a de manter o sistema de disciplinarização e de regulação dos indivíduos por meio da sexualidade.

Algo semelhante ocorre em relação à loucura. Foucault procura demonstrar de que modo a psicanálise, em continuidade com o tratamento psiquiátrico, também concebia a loucura como uma espécie de alienação mental, cuja cura seria operada pela razão psicanalítica. Nesse sentido, para Foucault o dispositivo de tratamento psicanalítico é uma continuação do dispositivo do tratamento moral (forma tradicional de tratamento da loucura no século XIX).

A psicanálise pode ser historicamente decifrada como a outra grande forma de despsiquiatrização provocada pelo traumatismo Charcot: retirada para fora do espaço asilar, de modo que suprima os efeitos paradoxais do sobrepoder psiquiátrico; mas reconstituição do poder do médico, produtor de verdade, num espaço organizado para que essa produção seja sempre adequada a esse poder. A noção de transferência, como processo essencial à terapia, é uma maneira de pensar conceitualmente essa adequação na forma de conhecimento; o pagamento em dinheiro, contrapartida monetária da transferência, é uma maneira de garanti-la na realidade: uma maneira de impedir que a produção da verdade se torne um contrapoder que pegue numa cilada, anule, derrube o poder do médico. (FOUCAULT, 1973-1974/2006, p. 450)

Deixando de lado, por enquanto, as críticas que podem ser feitas a essa concepção da clínica psicanalítica, cabe agora observar que, para Foucault, o dispositivo psicanalítico nada mais seria, portanto, do que uma adequação e reconstituição do poder do médico, mas um poder agora escondido no silêncio e na invisibilidade do analista (ibid.).

Com essas considerações, Foucault busca refutar a ideia de que a psicanálise surgiu como uma ruptura do discurso e do poder psiquiátrico, colocando em xeque a posição

do psicanalista no jogo do tratamento analítico. E trata-se de críticas fundamentadas, não permitindo que os psicanalistas se esquivem delas facilmente. Procuremos, então, respondê-las, marcando desde já nossa posição de que a psicanálise não é um dispositivo, tal qual exatamente estabelecido por Foucault.

Para isso, é preciso tentar definir o que é um dispositivo psicanalítico, quais são seus elementos e princípios de funcionamento. Antes, porém, é necessário marcar aquilo de que a psicanálise pode se apropriar da definição filosófica do dispositivo:

1. Que o dispositivo é a rede que pode se estabelecer entre elementos heterogêneos, no nível de enunciados – daquilo que é dito, as proposições filosóficas, os discursos, as leis – e no nível daquilo que aparece no plano da visibilidade – dos projetos arquitetônicos, das disposições dos objetos no espaço e nos lugares. No caso da sessão analítica, essa rede nos remete às posições do analista e do analisando no nível dos enunciados – quem fala e quem escuta, o silêncio, quem interpreta, quem corta a sessão – e da visibilidade – quem deita no divã, quem se esquia do olhar.
2. O jogo de forças entre esses elementos heterogêneos é múltiplo e flexível, pois está sujeito a mudanças de posição ou de função. E como qualquer jogo de poder, suscita formas de resistência. Em alguns exemplos citados, isso fica mais claro. A interpretação, por exemplo, não é uma exclusividade do analista. O corte da sessão, que é uma intervenção do analista, mesmo sendo realizado a partir do dizer do analisando, às vezes pode ser feito pelo próprio analisando; em outros momentos, o analisando continua falando mesmo após o corte da sessão. Isso porque qualquer jogo de poder suscita também formas de resistência.
3. Há no dispositivo certa manipulação de forças para direcioná-las para determinado fim. Esse princípio nos remete, como exemplo, ao manejo da transferência como uma manipulação do poder que é atribuído ao analista pela própria transferência.
4. O dispositivo, diz Foucault, “está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem mas que igualmente o condicionam. É isto, o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles”. Não existem relações fora da dimensão do poder. Transpondo isso para a situação analítica, o jogo de poder na relação entre analista e analisando é fundamentado e fundante de um saber sobre o inconsciente e seu funcionamento. O dispositivo psicanalítico

tem como um de seus princípios de funcionamento a tese de que o inconsciente é estruturado como linguagem, e se há algo que esse dispositivo deve capturar é justamente as manifestações do inconsciente via significante e transferência.

5. O dispositivo produz sujeitos, é produtor de subjetividades. O dispositivo psicanalítico não foge a esse princípio, mas com a ressalva de que se trata do sujeito do inconsciente. O dispositivo favorece a escuta desse sujeito que fala à revelia do eu, provocando um processo de subjetivação. Como diria Koltai (2000, p. 125), a psicanálise “oferece a oportunidade de se descobrir o estranho em si mesmo, permitindo que, um por um, cada qual faça sua a ‘experiência do estrangeiro’”.
6. O dispositivo tem uma função estratégica de responder a uma urgência de determinado contexto histórico – aqui a relação com o termo *positividade* é clara. No caso da psicanálise, o dispositivo surgiu em resposta à urgência do tratamento da histeria, considerada um enigma pela medicina.

O dispositivo psicanalítico é, portanto, composto por elementos heterogêneos que se entrecruzam num jogo de forças múltiplo e sujeito a mudanças. A associação livre, a transferência, o diagnóstico, o silêncio, a interpretação, o tempo da sessão e o pagamento são os elementos heterogêneos da sessão analítica, que se organizam nas estratégias e táticas subordinadas à política da direção do tratamento. O dispositivo psicanalítico é também orientado por um princípio ético fundamental: fazer um uso de poder para governar o tratamento, não o analisando (LACAN, 1958/1998). É possível ainda acrescentar – lembrando a única referência de Lacan ao dispositivo como aquilo pelo qual “o real toca no real, ou seja, daquilo que articulei como o discurso analítico” (1972/2003, p. 545) – que esse jogo de poder leva ao giro nos discursos, à mudança de posição dos elementos da estrutura dos quatro discursos, levando a um processo de subjetivação no qual há uma produção de um saber no lugar da verdade e uma queda do valor da fantasia na economia do desejo do sujeito.

Uma vez estabelecida essa definição de dispositivo psicanalítico a partir da noção filosófica de dispositivo, cabe agora apontar alguns problemas em tal definição. Em primeiro lugar, é importante demarcar que, embora a noção filosófica possa inspirar a psicanálise a circunscrever as relações de poder que estão em jogo numa sessão analítica, há uma diferença radical no que diz respeito à finalidade de cada dispositivo. Se para os filósofos o dispositivo tem o propósito de controle, disciplina, captura e indução de gestos, comportamentos, pensamentos, e mesmo desejos, para os

psicanalistas o dispositivo deve ter como finalidade a liberdade. Nesse sentido, o dispositivo psicanalítico talvez possa ser considerado como um contradispositivo de profanação, tal como caracterizado por Agamben.

Entretanto, não devemos nos contentar com essa rápida solução de associar o dispositivo psicanalítico ao contradispositivo de profanação. É necessário aprofundar o debate sobre a liberdade na experiência psicanalítica e como efeito dessa experiência. Em outras palavras, se a experiência do dispositivo psicanalítico pode provocar um efeito de libertação, em que termos podemos definir esse efeito? Trata-se de uma questão importante que abre um amplo debate, a ser desenvolvido em momento. outro

Referências

- ADORNO, T. W. (1955/1994). De La relacion entre Sociologia y Psicologia. In: *Actualidad de La filosofia*. Barcelona, Planeta de Agostini.
- AGAMBEN, G. (2009). O que é um dispositivo? In: *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Chapecó, Argos.
- DELEUZE, G. (1990). *O que é um dispositivo?* Disponível em <http://www.unb.br/fe/tef/floesco/foucault/art14.html>, 1990. Acesso em 16 de 6 de 2009.
- FOUCAULT, M. (1973-1974/2006). *O poder psiquiátrico*. São Paulo, Martins Fontes.
- _____. (1978/2008). “Sobre a história da sexualidade”. In: *Microfísica do Poder*. São Paulo, Graal.
- _____. (2007). *História da sexualidade – a vontade de saber*. São Paulo, Graal.
- FREUD, S. (1895-1950/1996). Projeto para uma psicologia científica. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. I. Rio de Janeiro, Imago.
- _____. (1910/1996). As perspectivas futuras da terapêutica psicanalítica. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. XI. Rio de Janeiro, Imago.
- _____. (1914/1996). Sobre o narcisismo: uma introdução. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. XIV. Rio de Janeiro, Imago.
- _____. (1915/1996). A repressão. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. XIV. Rio de Janeiro, Imago.
- _____. (1916-1917/1996). Conferências introdutórias sobre psicanálise. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. XVI. Rio de Janeiro, Imago.
- KOLTAI, C. (2000). *Política e Psicanálise – o estrangeiro*. São Paulo, Escuta.
- LACAN, J. (1958/1998). A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In: *Escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- _____. (1959-1960/1997). *O Seminário, livro 7: a ética da psicanálise*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

LACAN, J. (1968-1969). *O Seminário, livro 16: de um Outro ao outro*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2008.

_____(1972/2003). ...ou pior – relatório do seminário de 1971-72. In: *Outros Escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

Recebido em 26/4/2010; Aprovado em 10/6/2010.